

RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.349 - SP (2017/0334080-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : ROSELY CORDON
ADVOGADO : REGINA CÉLIA DALLE NOGARE E OUTRO(S) - SP107306
RECORRIDO : ROGERIA PINTO GRABERT
ADVOGADOS : GUILHERME CHAVES SANT'ANNA - SP100812
MARCIA CRISTINA DUDORENKO - SP171662

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais, fundada em erro em tratamento odontológico.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ROSELY CORDON, fundamentado, exclusivamente, na alínea “a” do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 26/01/2016.

Concluso ao gabinete em: 04/09/2019.

Ação: de indenização por danos materiais e morais, ajuizada por ROGÉRIA PINTO GRABERT, em face da recorrente, fundada em erro no tratamento odontológico realizado.

Sentença: julgou improcedente o pedido.

Acórdão: deu provimento à apelação interposta pela recorrida, nos termos da seguinte ementa:

Ação de indenização. Responsabilidade civil do dentista, que, em que pese predominante a orientação de ser de resultado, há de ser vista como de meios, assim como ocorre com a do médico plástico. De rigor, todavia, que se tenha u'a maior severidade na

apreciação da conduta do dentista do que no ordinário dos casos de responsabilidade médica.

Caso em que, todavia, seja qual for a ótica sob a qual se examine o procedimento da dentista ré - objetiva ou subjetiva com severidade na apreciação -, resulta apurada sua responsabilidade, diante do resultante da perícia.

A prova pericial há de ser compreendida globalmente: laudo do perito e laudos dos assistentes técnicos. Em que pese normalmente prevaleça o primeiro, em determinados casos, como o dos autos, critérios de lógica e as peculiaridades sob julgamento, afora a falta de razoabilidade de assertiva fundante do trabalho do perito, levam à adoção das conclusões de um dos assistentes.

Ação de indenização que se julga procedente. Sentença reformada, com a condenação da dentista a compor indenização por perdas e danos, materiais e morais. Apelação provida.

RELATÓRIO.

Embargos de declaração: opostos pela recorrente, foram acolhidos para sanar omissão em relação ao termo inicial dos juros de mora sobre o valor das condenações, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 377/378):

- quanto à verba indenizatória consistente ao reembolso do custo do tratamento a que a autora se submeteu, os juros incidirão desde cada desembolso;
- quanto à indenização consistente no tratamento dentário a que ainda terá que se submeter, contar-se-ão a partir da perícia que o indicar, que deverá estimar seu custo atualizado para a data do laudo;
- quanto ao reembolso do que pagou à ré, desde cada pagamento;
- quanto à verba indenizatória do dano moral, em se tratando de relação jurídica contratual, desde a citação para a ação.

Recurso especial: alega violação dos arts. 20, 131, 138 e 333, I, do CPC/73, art. 14, §4º, do CDC, art. 944, parágrafo único, do CC/02.

Sustenta a suspeição do assistente técnico que teria elaborado o parecer no qual se assentou a decisão, além de que a sua responsabilidade deveria ser apurada mediante verificação de culpa.

Aduz que caberia à recorrida a prova do dano moral, da qual não teria se desincumbido, motivo pelo qual não seria justificada a condenação por danos morais. Além disso, defende que o valor da respectiva indenização seria

excessivo e deveria ser reduzido.

Assevera que o termo inicial dos juros e correção monetária relativos à indenização por danos materiais e morais deveriam incidir a partir da data do arbitramento, bem como que os honorários advocatícios fixados deveriam ser reduzidos.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/73

- Da perda do objeto

Preliminarmente, cumpre ressaltar que o recurso especial sofreu a perda do objeto em relação ao pedido de compensação por danos morais, diante da realização de acordo entre recorrente e recorrida, o qual foi homologado pelo Tribunal de origem, conforme informado às fls. 482/495 e verificado na movimentação processual no sítio eletrônico do TJ/SP (Processo nº 0051315/68.2017.8.26.0100). Assim, prejudicado o recurso quanto ao ponto.

- Da fundamentação deficiente

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que quanto à questão envolvendo o termo inicial dos juros e correção monetária, a recorrente não alega violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 131, 138 e 333, I, do CPC/73, art. 14, §4º, do CDC, art. 944, parágrafo único, do CC/02, indicados como violados, bem como dos argumentos relativos à suspeição do assistente e da ausência de razoabilidade na fixação dos honorários advocatícios, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o

Superior Tribunal de Justiça

julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão acerca da responsabilidade da recorrente pelos danos causados à recorrida e quanto aos honorários advocatícios, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora